

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.557.714 - MS (2019/0237082-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADA : NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU - SP217897
AGRAVADO : CARLOS ALEXANDRO DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA
ADVOGADOS : FELIPE AGRIMPIO GONÇALVES - MS014654
VANESSA LAITART CORRÊA IUNGUE - MS017631
FELIPE PEDRA BRUM - MS015141

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 41):

AGRAVO DE INSTRUMENTO – TUTELA PROVISÓRIA DEFERIDA NA ORIGEM – DETERMINAÇÃO, À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, DE RETIRADA DO BEM OBJETO DA LIDE DE SITE DE VENDA DE IMÓVEL LIGADO À INSTITUIÇÃO E DE IMPEDIMENTO DE ALIENAÇÃO DO BEM – IMPOSIÇÃO DE MULTA DIÁRIA PARA O CASO DE DESCUMPRIMENTO DA MEDIDA – MEDIDA ACESSÓRIA É FACULDADE DO MAGISTRADO, PREVISTA NO ARTIGO 297, DO CPC – VALOR DAS *ASTREINTES* É ADEQUADO, RAZOÁVEL E PROPORCIONAL À MEDIDA – DECISÃO MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Com relação ao juízo de admissibilidade realizado pelo Tribunal de origem, destaco que esta Corte possui entendimento no sentido de que "*é admitida a incursão no mérito do recurso especial pelo Tribunal a quo para a verificação da admissibilidade do apelo nobre*" (AgRg no Ag 1.034.534/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJ 3.2.2009).

A decisão agravada deixou de admitir o recurso especial, sob os seguintes fundamentos: ausência de prequestionamento do art. 26 da Lei n. 9.514/97, fazendo

incidir a Súmula 282 do STF; aplicação da Súmula 7 do STJ com relação aos arts. 296, 536, § 1º, e 537 do Código de Processo Civil de 2015 e ao dissídio jurisprudencial apontado.

Em suas razões, a parte agravante limitou-se a alegar o afastamento da Súmula 282 do STF, eis que, "cumpridos todos os pressupostos para admissibilidade do recurso interposto" (e-STJ, fl. 88), o prequestionamento da matéria manteve-se presente nas razões do próprio acórdão recorrido, deixando de impugnar o fundamento da decisão de admissibilidade proferida pelo Tribunal de origem relativo à aplicação da Súmula 7 do STJ quanto aos arts. 296, 536, § 1º, e 537 do Código de Processo Civil de 2015 e à divergência jurisprudencial apontada.

Esclareça-se que, em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser bem fundamentados, sendo necessária a impugnação específica de todos os pontos analisados na decisão recorrida, sob pena de não conhecimento, por ausência de cumprimento do requisito exigido no artigo 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973 (artigo 932, III, do Código de Processo Civil de 2015).

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182 DO STJ.

1. Inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada, nos termos do que dispõe a Súmula 182 do STJ.

2. O sistema processual brasileiro consagra e positiva o princípio da dialeticidade ao exigir que o recurso faça impugnação específica aos fundamentos do provimento jurisdicional atacado (arts. 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973; 932, III e 1.021, § 1º, do atual Código de Processo Civil; e 259, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.003.118/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17.10.2017, DJe 24.10.2017)

Assim, sem a impugnação específica e suficiente para infirmar os

Superior Tribunal de Justiça

fundamentos da decisão agravada, aplica-se, por analogia, o enunciado n. 182 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, não conheço do agravo.

Deixo de majorar os honorários nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, visto que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória na qual não houve prévia fixação de honorários.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora